



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 084

26 de junho de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
ANAMATRA	Magistrados são desafiados a repensar proteção jurídica para alcançar totalidade dos trabalhadores , disponibilizada em 25.06.2020	<p>“Os juízes precisam reformular os modos de proteção jurídica para abarcar a totalidade dos trabalhadores”. A afirmação foi feita pela presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, nesta quinta (25/6), no programa Sala de Entrevista – Especial Lives da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). O debate também contou com a participação do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Jorge Luiz Souto Maior.</p> <p>Para a presidente, enquanto a Justiça do Trabalho for a Justiça “do emprego e do desemprego” ou garantidora de direitos fundamentais em um conceito exclusivo do contrato de emprego não será capaz de dar respostas mais universalizantes para uma demanda por trabalho digno. “Precisamos rever, reler, reinterpretar a Constituição de forma a universalizar o alcance da proteção jurídica para a totalidade dos trabalhadores”, disse. Da mesma forma, na visão da presidente, é necessário dar repostas mais efetivas para a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, que não estejam “confinadas na relação de emprego”.</p>
Prefeitura do Rio de Janeiro	PORTARIA “N” F/CFE Nº 138, DE 25 DE JUNHO DE 2020 , publicada no D.O em 26.06.2020	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
TJRJ	Notícia - Banco de dados para consulta de firmas abertas teve mais de 134 mil acessos em menos de 3 meses , disponibilizada em 26.06.2020	<p>Inaugurado a pouco menos de 3 meses, o banco de dados de depósito de firmas em todo o estado, desenvolvido pela Corregedoria, já ultrapassou os 134.500 acessos. A ferramenta permite que qualquer usuário consulte de forma virtual, através do Portal Extrajudicial, em qual cartório ele tem firma aberta. Para isso, basta informar nome e/ou CPF para localizar a unidade em questão.</p>
ERJ	Notícia - Prazos para recorrer de multas e renovar CNH seguem suspensos no Detran.RJ , disponibilizada em 26.06.2020 Notícia - Procon orienta comércio sobre medidas de prevenção na abertura parcial , disponibilizada em 26.06.2020	<p>Após o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ter prorrogado por tempo indeterminado os prazos para condutores recorrerem de multas, regularizarem documentos e renovar a habilitação, o Detran/RJ reafirma que segue a determinação nacional e todos esses procedimentos continuam interrompidos no estado. Desde o início da pandemia, em março, os prazos foram suspensos ou adiados pelo Detran para que a população não fosse prejudicada com as medidas de segurança sanitária. Veja alguns casos abaixo:</p> <p>Seguindo os protocolos estabelecidos pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Nova Iguaçu para a retomada das atividades econômicas mantendo-se os cuidados para a prevenção da pandemia da Covid-19, o Procon-RJ, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, realizou uma operação de orientação na Baixada Fluminense nesta quinta-feira (25/06). Dez estabelecimentos de Nova Iguaçu receberam a equipe de fiscalização que orientou sobre as medidas obrigatórias para a reabertura das lojas ao público.</p>

	<p>Notícia - TJ-SP suspende testagem em massa de profissionais da saúde, disponibilizada em 26.06.2020</p>	<p>Por entender que é necessária mais imersão na matéria, com maior número de dados possíveis, o desembargador Percival Nogueira, da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, derrubou uma liminar que obrigava a Prefeitura de São José dos Campos a realizar testes de Covid-19 em todos os profissionais da saúde que atuam na linha de frente do combate à doença, ainda que assintomáticos, em até 21 dias.</p>
	<p>Notícia - Efeitos da crise precisam ser divididos entre aluno e universidade, diz juiz, disponibilizada em 26.06.2020</p>	<p>No atual estágio do Direito, equilibrar as forças desiguais é promover a igualdade, e é apenas no reinado da igualdade que mora a verdadeira imparcialidade. Com esse entendimento, o juiz Fernando Antônio de Lima, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Jales (SP), concedeu liminar para reduzir em 50% a mensalidade de um estudante de medicina até a retomada das aulas presenciais.</p>
CONJUR	<p>Notícia - Reforma trabalhista não pode suprimir direito adquirido, disponibilizada em 25.06.2020</p>	<p>Em recente decisão, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em voto do ministro Augusto César Leite de Carvalho, com fulcro no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 — que protege o contrato, como ato jurídico perfeito, das inovações legislativas — o Colegiado, por maioria de votos, entendeu que a Lei da Reforma Trabalhista não pode incidir sobre relações jurídicas que já estavam em curso à época em que passou a vigor... Ora, ao não limitar o pagamento de horas extraordinárias até o dia em que entrou em vigor a Lei Reformista, a Corte Superior Trabalhista deu um importante passo para dirimir a controvérsia em torno da aplicabilidade do direito intertemporal envolvendo os aspectos materiais da Lei nº 13.467/2017. Nas palavras do relator do processo, ministro Augusto César Leite de Carvalho, extraída dos autos de nº 1102-52.2016.5.22.0101, “a lei não pode incidir sobre relações jurídicas em curso, sob pena de violar ato jurídico perfeito. A parcela salarial, porque integra o núcleo de irredutibilidade na contraprestação pecuniária devida em razão do trabalho, não pode ter a sua natureza retributiva modificada por lei, sob pena de violar direito adquirido”.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados